



PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri, por ordem do Ordenador de Despesa e, no uso de suas funções, vem proceder a aberturado do presente processo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA AREA DE ENGENHARIA; ELABORAÇÃO DE PROJETOS BASICOS E EXECUTIVOS DE ENGENHARIA; FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E ALIMENTAÇÃO DE SISTEMAS, ESPECIALMENTE AS NECESSIDADES DO SIMEC, MÓDULO MONITORAMENTO – OBRAS 2.0 FNDE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ-MIRI.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A inexigibilidade de licitação tem como fundamento o artigo 25, inciso II, da Lei Federal de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores onde se diz:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II - Para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

I – Estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação justifica-se pela necessidade de acompanhamento e assistência para subsidiar as atividades do setor de engenharia, considerando a alta demanda de obras em execução e as exigências do Governo Federal pela alimentação dos sistemas de monitoramento dos repasses de investimentos para a Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri no que tange as políticas educacionais, operadas por esta Secretaria Municipal de Educação haja vista, o município contar com apenas uma profissional de engenharia no seu quadro funcional e atualmente o município conta com mais de 20 (vinte) obras em execução e ainda se projetam diversos investimentos que necessitam constante do acompanhamento de engenharia, considerando os diversos convênios celebrado com esta Prefeitura Municipal torna-se ímpar o apoio de tal serviço de assessoria. Outrossim, necessita-se ainda do serviços de elaboração dos projetos básicos e executivos que serão subsidiários para a abertura de procedimentos licitatórios, face a exigência legal, uma vez que o município possui diversas demandas de obras de engenharia em virtude da captação de recursos de investimentos, assim como obras realizadas com recursos próprios.

- Projetos Arquitetônicos;

Orçamentos;

- Projetos de Concreto;

Laudos e Avaliações;

- Projetos Estruturais metálicos;

- Laudos de Sondagens;

- Projetos Elétricos;

Fiscalização e acompanhamento

de

Obras;

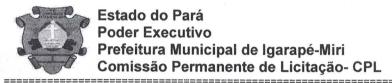
- Projetos Hidrossanitários;

Alimentação de Sistemas;

Projetos de Combate a Incêndio;

RAZÃO DA ESCOLHA

A escolha recaiu a favor da Empresa RODRIGOPUREZA FRANÇA - ME, CNPJ: N° 42.116.088/0001-51, em consequência de ser a empresa que oferece a melhor proposta a esta administração. Além disso, constata-se que a referida empresa e especializada neste tipo de serviço.





Desta forma, nos termos do Art. 25, inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a licitação é INEXIGIBILIDADE.

SINGULARIDADE DO OBJETO LICITADO

empresa RODRIGOPUREZA FRANCA ME. CNPJ: Contratação da 42.116.088/0001-51, está fundamentada no Art. 25, inc. II e s1° da Lei 8.666/1993, pois a referida empresa oferece profissionais de notória especialização, o qual apresenta experiência e conhecimentos relacionados com os serviços a serem prestados no âmbito da Administração Municipal, além de se tratar de objeto de natureza singular ao qual se exige profissional com qualificação e prestigio específicos para a execução de tais serviços.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O preço mensal cobrado pela empresa, a ser pago será de:

Valor pago pela prefeitura Municipal será de R\$10.000,000(dez mil reais), mensal pelo período de 12 (doze) meses totalizando um valor de R\$120.000,00.

Valor pago pela Secretaria Municipal de Educação será de R\$13.600,00(treze mil e seiscentos reais) mensal pelo período de 12 (doze) meses totalizando um valor de R\$163.200,00. Conforme apresentado na proposta comercial.

Diante do exposto, encaminhem-se os autos à Assessoria Jurídica, a fim de que emita analise e parecer sobre a minuta do contrato e a respeito da legalidade do procedimento, e após remeta-se a controladoria interna do Município para parecer técnico do processo.

Igarapé-Miri, 07 de Fevereiro 2023.

Presidente da CPL

Miltoncilis Pantoja Pinheiro

1º Membro da CPL

2º Membro da CPL